



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Fluxo contínuo

<http://dx.doi.org/XXXX/rce.nXX.exx> Não preencher**Arquivos, acervos e instituições educativas: o percurso em busca das fontes do Gymnasio São Vicente de Paulo (1913-1971)**

Archives, collections and educational institutions: the journey in search of the sources of the São Vicente de Paulo Gymnasium (1913-1971)

Archivos, colecciones e instituciones educativas: un recorrido en busca de las fuentes del Gimnasio São Vicente de Paulo (1913-1971)

Patrícia Seibert Lyrio
Rosianny Campos Berto

RESUMO

Analisa o percurso em busca de fontes que tratam da constituição do Gymnasio São Vicente de Paulo, localizado em Vitória, capital do Espírito Santo. Como instituição privada que atendia à elite capixaba, o ginásio funcionou entre 1913 e 1970, quando foi doado ao município. O artigo orienta-se, teórica e metodologicamente, pelo paradigma indiciário (Ginzburg, 1989), por isso segue rastros e indícios para a reconstituição da história da instituição. As lacunas encontradas nas fontes, dada sua escassez, precariedade e dispersão, despertaram a reflexão sobre o fazer historiográfico local, de modo que permitem perspectivar a organização de acervos escolares.

Palavras-chave: Gymnasio São Vicente de Paulo; Espírito Santo; Fontes; História da Educação.

ABSTRACT

We have analyzed the path in search of sources dealing with the constitution of the Gymnasio São Vicente de Paulo, located in Vitória, the capital of Espírito Santo. A private institution serving the elite of Espírito Santo, the gymnasium was in operation between 1913 and 1970, when it was donated to the municipality. The work is theoretically and methodologically based on the evidential paradigm (Ginzburg, 1989), and follows the traces and clues in the reconstruction of the history of the institution. The gaps in the sources, their scarcity, uncertainty and scattered nature, gave reason to reflect

on local historiographical practice and to examine the organization of the school collections.

Keywords: Gymnasio São Vicente de Paulo; Espírito Santo; Sources; History of Education.

RESUMEN

Este trabajo analiza el proceso de búsqueda de fuentes relacionadas con la fundación del *Gimnasio São Vicente de Paulo*, situado en *Vitória*, capital de *Espírito Santo*. Desde su establecimiento en 1913 hasta 1970, este gimnasio, destinado a atender a la élite *capixaba* como institución privada, cumplió su función hasta que fue donado al municipio. La investigación se orienta teórica y metodológicamente por el paradigma indiciario (Ginzburg, 1989), siguiendo los indicios en la reconstrucción histórica de la institución. Los vacíos evidenciados en las fuentes, caracterizados por la escasez, la precariedad y la dispersión, impulsaron una reflexión sobre la historiografía local, enfocándose en la organización de los acervos escolares.

Palabras-clave: Gimnasio San Vicente de Paulo; Espírito Santo; Fuentes; Historia de la Educación.

Introdução

Este texto propõe uma reflexão sobre o percurso em busca de fontes para a produção de pesquisas locais em História da Educação. Para isso, toma como ponto de partida a experiência de um estudo¹ que investigou a constituição histórica de uma instituição educativa: o Gymnasio São Vicente de Paulo (GSVP), que funcionou no período entre 1913 e 1971, no Centro de Vitória, capital do Espírito Santo. Esse ginásio² foi uma instituição privada de ensino, que recebia subvenção do estado e atendia a estudantes oriundos das camadas médias e altas da sociedade capixaba, em diferentes modalidades, que incluíam ensino ginásial, ensino normal e instrução militar.

O estudo supracitado buscou compreender o processo de criação dessa escola e o modo como ela se organizou em termos de cultura material e práticas educativas, bem como quem eram e como se articulavam os sujeitos que criaram e frequentaram a instituição. Realizada de forma indiciária (Ginzburg, 1989), a análise considerou a relação entre fontes localizadas de maneira esparsa em arquivos diversos, que incluem desde acervos virtuais até

¹ Referimo-nos à dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo, sob o título: *A constituição histórica do Gymnasio São Vicente de Paulo (1913-1931)*.

² Nas menções ao nome completo da instituição, utilizaremos o termo Gymnasio, no original, respeitando a grafia do período. Em outros casos, será utilizado o termo ginásio, na grafia atual, ou a sigla GSVP.

algumas poucas caixas guardadas no arquivo do prédio em que funciona atualmente a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Vicente de Paulo (EMEFSVP). Essa instituição, que é considerada a mais antiga escola pertencente ao município de Vitória, deriva da doação do referido ginásio ao poder público municipal.

Com base nesse contexto, este texto tem por objetivo problematizar a experiência que envolveu o percurso em busca das fontes produzidas no/sobre o GSVP, sejam as deixadas pelos antigos proprietários da instituição, sejam aquelas indicadas pelos rastros que foram preservados pelos demais sujeitos que contribuíram com a construção dessa história nas décadas subsequentes. Compreendemos, desse modo, que “[...] a reconstrução da história das instituições escolares está intimamente relacionada à preservação e à organização dos seus arquivos, por meio dos quais se terá acesso às fontes que possibilitarão a pesquisa e a produção do conhecimento” (Vieira, 2013, p. 72).

Como indicam Lopes e Galvão (2001), a História da Educação brasileira, durante um tempo, se construiu com base em fontes oficiais escritas — legislação, mensagens e relatórios governamentais e/ou produzidos pelo poder público, discussões parlamentares, atas, regulamentos, programas de ensino e estatísticas —, partindo de concepções e orientações positivistas da produção historiográfica, que excluía os sujeitos, as questões locais, as minúcias das pequenas escolas e as práticas educativas. Entretanto, com a ampliação do olhar para as fontes e para sua interrogação, o historiador da educação teve as possibilidades de sua atuação ampliadas, pois passou a compreender que os documentos oficiais não eram suficientes para responder às novas questões de investigação que passaram a se apresentar (Lopes; Galvão, 2001).

Para reconstituir a história de uma escola e daquilo que a constitui é preciso atentar-se ao modo como ela foi produzida a partir de dentro, mas também às interlocuções que estabeleceu com o meio social, político, cultural e econômico do qual faz parte, de modo a abrir caminhos para refletir sobre conexões que possibilitem responder questões gerais a partir do exame de situações particulares (Levi, 2020). Como sugere Ginzburg (2007, p. 269), é preciso realizar

[...] um contínuo vaivém entre micro e macro-história, entre close-ups e planos gerais [*extreme long shots*], a pôr continuamente em discussão a visão conjunta do processo histórico por meio de exceções aparentes e causas de breve período [...] [pois] a realidade é fundamentalmente descontínua e heterogênea.

Nesse sentido, a noção de fonte se mostra fundamental, porque é na relação com ela que o historiador esquadrinha rastros, indícios e vestígios. Marc Bloch (2001, p. 79) conduz a esse entendimento ao considerar as fontes testemunhos e ao indicar que sua diversidade “[...] é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”.

A principal questão que se coloca ao pensarmos sobre a busca pelas fontes educacionais no Espírito Santo é sua insuficiência, precariedade e dispersão. Como lembram Simões e Franco (2004, p. 3), isso impacta a “[...] escassez de produção historiográfica dirigida ao Estado como um todo e à realidade educacional em particular”. Por isso, é necessária a produção “[...] de estudos regionais e locais, como forma de dar visibilidade a realidades e sujeitos normalmente ignorados ou obscurecidos na escrita da História universalizante” (Simões; Franco, 2004, p. 2-3).

Outra importante ponderação sobre o processo pelo qual as fontes sobrevivem ou não às ações humanas e se tornam acessíveis à análise vem também de Bloch (2001, p. 83), quando diz que:

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise [...].

É essa reflexão que orienta este texto, ao tematizar o desafiador processo de busca pelas fontes escolares que, após localizadas, são mapeadas e serializadas para, então, passarem por um interrogatório, pois mesmo os documentos “[...] aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los” (Bloch, 2001, p. 79).

No processo de busca e de interrogação das fontes, orientamo-nos pelo paradigma indiciário, como ocorre a um caçador que seja “[...] capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos” (Ginzburg, 1989, p. 152). Isso significa que não nos orientamos pelas características mais evidentes da questão investigada. Em vez disso, atentamo-nos a detalhes e indícios que, por vezes, são imperceptíveis e marginais, pois “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas — sinais, indícios — que permitem decifrá-la” (Ginzburg, 1989, p. 177). Dessa forma, o caminho em busca das fontes do GSVP percorre os rastros deixados pelos sujeitos que o constituíram, o que, por vezes, envolve um processo investigativo longo e lacunar, o qual passamos a narrar e problematizar.

Primeiros passos em direção às fontes: a presença/ausência do Gymnasio São Vicente de Paulo na historiografia da educação capixaba

Segundo Gatti Junior e Gatti (2018), os estudos históricos relativos às instituições escolares ganharam lugar na historiografia da educação brasileira a partir de meados de 1950, antes da constituição, nos anos 1960, dos primeiros programas de pós-graduação, em universidades católicas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Com a expansão da pós-graduação e o aumento das linhas de pesquisa dedicadas à História da Educação, ampliaram-se, expressivamente, os estudos sobre a temática das instituições educativas.

Desse modo, apesar das dificuldades de acesso às fontes que possibilitem compreender os múltiplos aspectos que envolvem a constituição de uma instituição escolar e da inexistência, em diversos casos, de uma organização dos acervos de documentos dessas instituições, esforços têm sido empreendidos, em diferentes regiões brasileiras, para compreendê-las. No caso do Espírito Santo, são ainda escassas as investigações que se dedicam às instituições escolares locais, especialmente as de ensino secundário.³ Quando aproximamos a lupa do GSVP, apenas o estudo do qual se origina o presente texto (Lyrio, 2023) é encontrado.

³ Como trabalhos que se aproximam da história das instituições educativas e escolares, podemos citar, por exemplo: Locatelli (2012); Lima (2013); Borel (2017) e Nascimento (2023).

No início do século XX, o ensino secundário capixaba se desenvolvia especialmente no Ginásio do Espírito Santo e, juntamente com a Escola Normal Pedro II,⁴ constituía a ínfima possibilidade que a população possuía, naquele momento, de obter alguma continuidade de estudos após o ensino primário em instituições públicas, as quais detinham grande prestígio social:

Nos primeiros anos da República, o Espírito Santo contava com um estabelecimento de ensino secundário e um estabelecimento de ensino secundário profissional, ambos localizados na cidade de Vitória. O primeiro era o Ginásio Espírito Santo, criado pela Lei nº 460, de 24 de outubro de 1906, mas que só passou a funcionar dois anos depois a partir da regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 96, de 19 de fevereiro de 1908, e o segundo, a Escola Normal Pedro II, criada pelo Decreto nº 2, de 4 de junho de 1892, ambos equiparados ao Ginásio Nacional Pedro II. Os demais estabelecimentos de ensino secundário que surgiram ao longo do período [...] seguiam obrigatoriamente o regulamento e o programa curricular das duas instituições públicas (Salim, 2009, p. 167-168).

É nesse contexto que o Gymnasio São Vicente de Paulo é inaugurado, no início do século XX, sob a forma de educandário privado, com o propósito de ofertar ensino secundário para uma elite capixaba. Criado em 19 de julho de 1913, a escola pertencia aos irmãos Aristóbulo Barbosa Leão (Diretor), Kosciuszko Barbosa Leão (Vice-diretor) e Miguel Barbosa Leão (Secretário), membros de uma família conhecida e recorrentemente citada na imprensa local (Lyrio, 2023).⁵

O GSVP ocupava um prédio situado na região denominada Cidade Alta, no Centro da capital Vitória, onde esteve localizada, anteriormente, a casa do governador Muniz Freire.⁶ Datado do século XIX, o prédio é, hoje, um patrimônio local sem registro oficial, que se encontra em estado de abandono.

⁴ Criado em 1838, no Rio de Janeiro, tinha entre seus objetivos se tornar uma instituição modelar para as escolas de ensino secundário no Brasil (Kulesza, 2011).

⁵ Aristóbulo, que cuidaria da escola até a década de 1970, havia sido seminarista do Colégio São Vicente de Paulo, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Kosciuszko era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e atuou como advogado, jornalista e, mais tarde, tornou-se professor da Faculdade de Direito do Espírito Santo. Miguel também se bacharelou em Direito, mas sobre ele há poucas informações disponíveis, pois faleceu precocemente, em 1918 (Lyrio, 2023).

⁶ José de Melo Carvalho Muniz Freire (1861-1918) governou o Espírito Santo em dois diferentes momentos: 1892 a 1889 e 1900 a 1904 (Saletto, [s.d.]).

É ele mesmo, em sua materialidade, um ponto de encontro com a história da escola.

Assim, o Gymnasio São Vicente de Paulo surge como instituição dedicada a servir de espaço de formação para uma determinada camada da sociedade capixaba, especialmente aquela que pudesse pagar pelos estudos, já que se tratava de uma instituição particular. Desse modo, o GSVP foi equiparado ao GES, que seguia o modelo do Ginásio Nacional Pedro II. Essas escolas se diferenciavam, entretanto, por ofertarem modalidades distintas de formação, entre as quais estava, no caso do GSVP, o curso normal.

Ao analisar as práticas de leitura em duas instituições públicas capixabas, o trabalho de Salim (2009) nos leva a uma primeira problematização sobre as instituições privadas no estado: seu número. Segundo a autora, além das escolas públicas oficiais, as instituições particulares de ensino secundário somavam, ao final da década de 1920, quatro escolas na capital: Colégio N. S, Auxiliadora, Missão Baptista, Academia de Comércio e o Gymnasio São Vicente de Paulo. Apesar da reduzida oferta de ensino secundário no Espírito Santo, as instituições privadas estavam em número maior que as públicas, e gozavam de benefícios concedidos pelo governo estadual, que destinava àquelas entidades escolares verba pública sob a forma de subvenção.

No percurso de busca pelas fontes, o trabalho de Salim (2009) nos coloca em contato com documentos que tratam da existência dessas escolas privadas: os relatórios do secretário da Instrução Pública Attilio Vivacqua, que, em 1930, dizia haver

[...] um valioso concurso da iniciativa particular em benefício da instrução, justificado pelo interesse e auxílio com que o governo continua a apoiá-la, já mediante *subvenções*, já mediante outras formas, como o fornecimento de materiais escolares. A quase totalidade dos institutos respectivos se acha provida à custa do Estado (Vivacqua, 1930, p. 11, grifo nosso).

Ao longo das décadas, a instituição passaria por diversas alterações, especialmente na relação com a oferta de distintas modalidades de ensino, que iam da formação de professores à instrução militar. Mais tarde, em 1971, quando o apoio do estado havia sido reduzido e a escola não mais se

sustentava, ela foi doada para o município de Vitória e passou a funcionar como entidade escolar pública municipal de educação básica. Atualmente, a instituição herdeira do GSVP denomina-se Escola Municipal de Ensino Fundamental São Vicente de Paulo (EMEFSVP), atende a estudantes do primeiro e do segundo segmentos do ensino fundamental e ocupa o prédio no qual funcionou o antigo Colégio do Carmo,⁷ no Centro da capital. A história da escola, inicialmente sintetizada neste tópico, ganhou múltiplos contornos à medida que acessamos as fontes.

O percurso em busca das fontes sobre o **Gymnasio São Vicente de Paulo**

Ao investigarmos a constituição de uma longa escola privada, doada ao poder público, imaginávamos encontrar um conjunto significativo de fontes preservadas, mas os caminhos se mostraram complexos. As primeiras visitas à Escola Municipal de Ensino Fundamental São Vicente de Paulo levaram-nos a descobrir, inicialmente, a preservação de artefatos e mobiliário que pertenceram ao Gymnasio São Vicente de Paulo, entre os quais estavam uma chapeleira, um piano e um fichário de madeira contendo um antigo dicionário de Língua Portuguesa. O que esse tipo de material poderia nos dizer sobre aquela escola, seus sujeitos e suas práticas cotidianas? Talvez dissesse algo sobre as disciplinas e atividades ofertadas ou sobre os sujeitos que frequentavam e trabalhavam naquele lugar.

Os artefatos remeteram ao antigo prédio no qual funcionou a escola e que se encontra, atualmente, abandonado pelo poder público, em situação precária e habitado por pessoas em situação de rua. Passamos a nos perguntar sobre a organização daquele prédio como espaço escolar vivenciado cotidianamente por estudantes, professores e funcionários. No estudo das instituições, o espaço escolar deve ser compreendido como elemento importante do processo educativo, pois indica o emprego dado a ele por aqueles que o frequentaram. Para essa reflexão, importa saber que, no conjunto das fontes, esses artefatos e esse espaço transformado em escola

⁷ O Colégio do Carmo era a forma de se referir ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, mantido pela Diocese do Espírito Santo, com subvenção do governo do estado do Espírito Santo, e que foi equiparado à Escola Normal.

constituem a cultura material escolar, que não deve ser negligenciada “[...] como um componente da interpretação histórica voltada para o estudo das representações e das práticas escolares” (Souza, 2007, p. 170). Os espaços, a mobília e os materiais escolares trazem em sua materialidade um conjunto de significados que precisam ser compreendidos, pois neles é possível visualizar algo que ainda não foi possível acessar por meio de outras fontes:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos mais técnicos (Escolano, 2001, p. 26).

O encontro com os artefatos que restaram e a reflexão sobre o espaço escolar produziu em nós a expectativa de que encontraríamos um arquivo com abundância de documentos escritos e, quiçá, de registros fotográficos. Passamos, então, a imaginar de que modo as fontes históricas presentes no arquivo da escola contribuiriam para a reconstituição da história do GSVP. A expectativa baseava-se na ideia de que, por se tratar de uma instituição centenária, que foi doada para o município, talvez o processo de transferência tivesse incluído o acervo documental da entidade, produzido durante os anos de funcionamento. O que encontramos, entretanto, foi outra coisa.

A escola herdeira do GSVP se localiza no Centro da capital. Atualmente funciona em um antigo prédio pertencente à arquidiocese de Vitória. Nesse espaço, encontramos uma sala, com inúmeras pastas e caixas. Ali localizamos duas caixas-arquivos com o que restou do material doado pelo antigo proprietário do ginásio.

A busca nesse arquivo escolar não foi uma tarefa fácil. Apesar da facilidade de acesso à sala, após o recebimento das chaves, observamos que os documentos não estavam devidamente organizados, como acontece com outros acervos históricos. A parte que restou da história daquela instituição — centenária e de importância local — parecia estar resumida a duas caixas de papelão, nas quais, certamente, não caberiam sequer os resquícios das

histórias vividas e produzidas nos seus quase sessenta anos de funcionamento. Esse encontro nos remeteu a Bloch (2001, p. 82), para quem “Reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador”.

Organizar o que foi localizado é um meio de evitar o esquecimento e tem como ponto de partida decisões que vão desde a seleção (o que será aproveitado e o que será descartado) até a maneira como esse material será organizado e acessado. Como lembra Bloch (2001), os documentos não surgem misteriosamente e a falta ou a presença deles nos acervos e arquivos decorre de ações humanas, que também podem e devem ser analisadas.

Entre as fontes encontradas nas caixas, havia uma Carta de Doação datada de 1971, redigida por Aristóbulo Barbosa Leão, na qual ele explica as dificuldades de manter a escola privada, após ter perdido a companhia dos irmãos⁸ e o auxílio dos governos ao longo das décadas. O documento fornece detalhes sobre o conteúdo da doação, confirmando nossa suspeita inicial de que deveria haver ali um conjunto significativo de documentos e materiais:

O OBJETO DA DOAÇÃO COMPREENDE: (A) o Colégio S. Vicente de Paulo, como entidade educacional, representado na sua organização legal e pedagógica, seu arquivo e livros didáticos nele existente; (B) o mobiliário escolar inteiramente renovado; (C) o Laboratório e Gabinete de Ciências Físicas e Biológicas; (D) o prédio em que o educandário funciona, beneficiado com custosos melhoramentos de realização recente e dotados das necessárias salas de aula bem como de três pátios de recreio; (E) o terreno da explanada capixaba, correspondente a quadra G, com área retificada de 3.190,65 m², confiante com quatro ruas, tendo à frente uma extensa praça. Esse terreno, que é acrescido de terrenos de marinhas, constitui bem do domínio da União, estando pagas as taxas de ocupação correspondente ao ano de 1970 (Espírito Santo, 1971, n.p.).

A doação previa algumas condições, entre as quais estavam: a) a manutenção e perpetuação do nome da escola; b) a conservação do corpo administrativo e docente; c) a consideração do tempo no serviço particular para aposentadoria, especialmente do doador, que havia atuado como diretor da

⁸ Segundo o documento, Miguel Barbosa Leão faleceu em 1913 e Kosciuszco Barbosa Leão renunciou aos seus direitos em 1952, deixando assim a escola inteiramente nas mãos de Aristóbulo.

escola por 58 anos; e d) a assunção de multas, dívidas bancárias e despesas com transferência dos imóveis.

Anexo a essa carta, encontramos um segundo registro, de 1986, contendo uma lista de documentos escritos que seriam encaminhados aos acervos da Secretaria de Estado da Educação (SEDU):

I – DOCUMENTOS ESCOLARES – 5.989 – prontuários de alunos contendo Fichas Individuais, Históricos Escolares, transferências e certidões, Relatórios de Resultados Finais, Requerimentos de alunos, Provas Parciais, Diplomas. II – LIVROS: Correspondência Oficial, Correspondência expedida e recebida, Folhas de Pagamento, Bolsas de Estudo, Previdência Social, Inscrições para Exames, provas Parciais, Convites para o cinquentenário do Colégio, Legislação do Ensino, todos os documentos relacionados, que compõem o referido acervo, do extinto Colégio, passam a responsabilidade da SEDU compondo o arquivo do Núcleo Regional de Educação de Vitória (Espírito Santo, 1986, n.p.).

Todos os documentos encontrados nas caixas foram fotografados e organizados em quadros, passando a servir como guias na busca por fontes que porventura estivessem disponíveis em outros acervos. Mesmo sem o número significativo de documentos que prevíamos, os existentes foram pontos de partida importantes, ainda que tenham imposto o desafio de decifrar, a partir de pistas e indícios, a coerência dos eventos (Ginzburg, 1989).

Nesse acervo, encontramos diversas fotografias sem data e sem identificação, a partir das quais é possível observar iniciativas diversas que remetem ao cotidiano e à vida do GSVP, como a realização de bailes de formatura e apresentações em desfiles cívico-militares e do Batalhão Ginásial. Também se observam imagens dos uniformes escolares, incluindo os das normalistas. Há, ainda, algumas fotografias dos espaços físicos e dos componentes de bancas examinadoras das provas realizadas.

Encontrada nesse conjunto, uma fotografia da sala da direção (Figura 1) nos ajudou a compreender que um elemento da mobília que está preservada na EMEFSVP, isto é, o fichário (Figura 2) é, provavelmente, a mesma que aparece na imagem anterior, do lado direito, ao fundo. A fotografia também oferece uma noção sobre o modo como o espaço designado à direção da escola era organizado. Nele, se pode observar, além da mobília e dos livros

alocados em uma estante, um quadro com a figura religiosa de São Vicente de Paulo, que dá nome à instituição.

Figura 1 – Sala da direção do GSVP.



Fonte: Arquivo da EMEFSVP.

Figura 2 – Fichário encontrado na EMEFSVP.



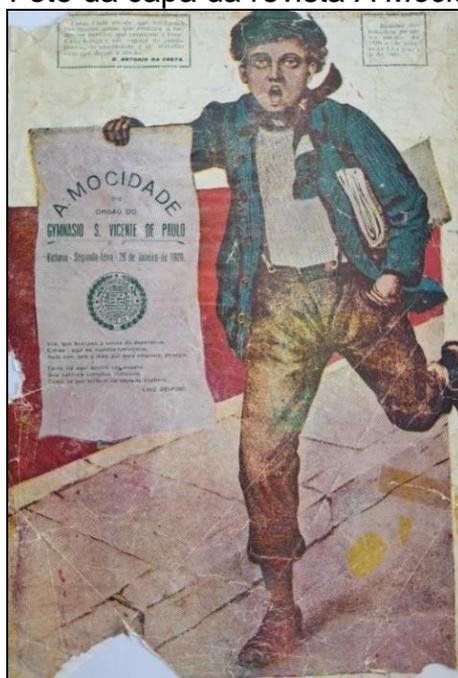
Fonte: Das autoras (2022).

Olhar e interrogar essas fotografias descontextualizadas, misturadas em envelopes e sem qualquer indicação de data, requer de nós, historiadores, um exame minucioso sobre: quem poderiam ser aqueles indivíduos? De que época poderiam ser aquelas vestimentas? O que indica aquele quadro na parede? Esse exame também pode compreender questões acerca da qualidade das imagens e das fotografias, para que se possa acessar suas condições de produção, inclusive com relação ao período aproximado: que tecnologia foi empregada para a obtenção da fotografia? Em qual período aquela tecnologia era utilizada pelos fotógrafos que registraram aspectos da instituição? Em uma

análise como essa, que deve ser minuciosa, é preciso colocar em prática a capacidade de realizar conjecturas, de preencher *espaços em branco* e de buscar entender as relações de força que interferiram na produção dessas imagens (Ginzburg, 2002).

Também destacamos, nesse conjunto de documentos encontrados nas caixas da escola, dois exemplares originais das revistas *A Mocidade* (Figura 3) e *Prospecto*, que eram produzidas pela própria instituição e destinavam-se a apresentar o GSVP à sociedade capixaba. Elas explicavam, em detalhes, o funcionamento da escola e como os estudantes eram acolhidos e tratados no interior da instituição.

Figura 3 – Foto da capa da revista *A Mocidade* (1929)



Fonte: Acervo do GSVP.

Segundo consta no próprio periódico, *A Mocidade* possuía edição mensal. A partir do número encontrado no arquivo, localizamos outros dois exemplares em acervos pessoais de ex-alunos da escola. No conjunto, as edições a que temos acesso são de três anos diferentes: 1916, 1926 e 1929. Elas estão disponíveis em cópias encadernadas e compiladas que ora se repetem, ora se misturam. Os exemplares apresentam os seguintes elementos: normas da escola; lista do enxoval dos alunos (já que a entidade funcionava, também, em regime de internato); organização dos exames finais aplicados

pelo ginásio; algumas correspondências com elogios ao ensino oferecido pela instituição; propagandas dos cursos ofertados; textos religiosos; menções ao ensino militar, sob a forma de Tiro de Guerra, ofertado com auxílio de membros do Exército; descrição profissional dos militares que conduziam essa modalidade; hinos e textos sobre os gestores; e produção literária, como composições dos irmãos/diretores do GSVP.

Esses impressos estão entre as fontes encontradas nesse acervo que podem nos aproximar, de algum modo, das questões cotidianas da escola e dos valores assumidos pela instituição. Ainda que apresentem um olhar estratégico dos proprietários, já que eram redigidos por eles, e que ofereçam uma feição propagandística, as páginas desses impressos permitem identificar aspectos da organização curricular e cotidiana da escola, bem como de sua influência religiosa. Os impressos destacam, por exemplo, a formação oferecida, que contava, segundo os autores, com “professores de excelência” que poderiam dar o retorno almejado às famílias que confiassem no trabalho do ginásio.

No percurso, descobrimos que o avô de uma das autoras deste texto havia frequentado o GSVP e, nas caixas por ele deixadas, encontramos uma caderneta escolar que o vincula à instrução militar denominada Tiro de Guerra, ofertada pela escola em parceria com o Exército. Destacamos, assim, a importância, para este tipo de investigação, do acesso aos acervos pessoais, pertencentes àqueles e àquelas que frequentaram o espaço/tempo escolar, dadas as questões que tais fontes podem gerar. Como lembra Cunha (2017, p. 189), arquivos pessoais permitem:

[...] formular interrogações sobre as motivações do processo de produção e acumulação documental, já que o gesto de guardar documentos é atravessado por uma fabricação material e simbólica. Todos nós produzimos arquivos. Guardamos objetos, documentos pessoais e isso parece ser um processo tão natural que sequer se percebe sua existência: guardados na gaveta da mesa de trabalho, em uma pasta no fundo do armário, escondidos no meio de um livro esquecido na estante, entre tantos outros lugares. É também importante sublinhar quais são as configurações destes acervos pessoais, decorrentes do seu deslocamento para o espaço público. Por que estes objetos foram guardados? Quais as condições e motivações que permearam a doação para um arquivo público?

Como se caracteriza essa instituição? Como esses objetos foram dispostos e organizados para uma posterior consulta?

Na relação com essa instituição, mas também com outras instituições públicas e privadas, que têm sido foco de nossas investigações, temos localizado poucos documentos preservados. É preciso, então, como nos ensina Ginzburg (2007), seguir os rastros que as fontes deixam entrever, pois eles podem nos levar a outros conjuntos documentais, incluindo aqueles que estão fora da escola.

Entre esses conjuntos estão, certamente, os arquivos públicos. Como indicam Gatti Junior e Pessanha (2010), investigações sobre instituições escolares, em especial aquelas com grande visibilidade e importância local, servem-se, quando possível, de documentos disponíveis em arquivos públicos instalados na própria cidade ou no estado. Nesses espaços, por vezes, é possível encontrar iconografia, jornais, relatórios etc.

Assim, na sequência das buscas, visitamos o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), que se localiza nas proximidades da escola atual. Nesse Arquivo, acessamos o Fundo de Educação, que talvez também seja o maior conjunto documental referente à educação no estado do Espírito Santo. Apesar da amplitude do acervo, quase nada encontramos que nos levasse ao GSVP além de alguns documentos oficiais que mencionam a escola — mensagens e relatórios de Governo (de 1913 a 1930) — e uma imagem do brasão do ginásio, de 1926. Também foram procurados o Arquivo Público Municipal e o 38º Batalhão de Infantaria, em busca de fontes que nos ajudassem a compreender a oferta da modalidade Tiro de Guerra no GSVP. No primeiro acervo, não encontramos informações e, do segundo, recebemos a resposta de que a instituição não guarda esse tipo de documento. Era preciso procurar em arquivos do Exército localizados no Rio de Janeiro.

Considerando as informações constantes no ato de doação de 1986, que encaminhava documentos da escola da instância municipal para a estadual, iniciamos os trâmites burocráticos para acesso a outro arquivo público: o da SEDU. Se as informações disponíveis no documento estavam corretas, encontraríamos nesse acervo dados significativos sobre os sujeitos que frequentaram a escola, mas também sobre as práticas escolares.

Obtivemos a informação de que havia nesse arquivo quatro caixas pertencentes ao GSVP, cujo arquivamento foi feito pela Secretaria da Superintendência Regional de Educação (SRE), em um setor denominado Escolas Extintas. Nesse acervo, encontramos atas de exames e provas, além de boletins de resultados e informações sobre o curso de formação de professores oferecido pela instituição. Tais documentos abordam elementos relativos aos saberes escolares e oferecem indícios do envolvimento dos sujeitos no processo avaliativo, incluindo listas de nomes e algumas informações sobre os estudantes. As visitas à SRE marcaram o encontro com documentos ainda inexplorados.

No caminho que as fontes nos indicavam, descobrimos que um dos proprietários da escola, Kosciuszko Barboza Leão, havia integrado a Academia Espírito-Santense de Letras (AEL), por isso esta instituição também entrou no roteiro de visitas. Nesse espaço, que dispõe de um grande acervo bibliográfico, encontramos fichas produzidas por Kosciuszko, que remetem a anotações para aulas, mas sem qualquer indicação de data ou do local em que tais aulas teriam sido ministradas. Mais uma vez, nesse caso, localizamos fontes dispersas e sem catalogação, que requerem um olhar minucioso em busca da compreensão de seus processos de produção. Documentos como esses precisam ser interrogados, por vezes, “[...] às avessas, contra as intenções de quem os produziu” (Ginzburg, 2002, p. 43); diríamos, também, contra as intenções de quem os disponibilizou neste ou naquele acervo.

As perguntas “ao contrário” também precisam ser feitas às fontes encontradas em acervos digitais. A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi, desde o começo, incluída nas buscas, por considerarmos que a escola, por sua relevância, apareceria em jornais e revistas capixabas. Assim, as pesquisas pelo nome do ginásio (e suas variações) nesse acervo nos levaram a matérias diversas, publicadas em pelo menos três impressos locais: o *Diário da Manhã*, o *Jornal Muquyense* e a revista *Vida Capichaba*⁹ Nesses periódicos, encontramos: propagandas da escola desde o ano de 1914; o Decreto de 1921

⁹ O *Diário da Manhã* era um misto de diário oficial e jornal noticioso, criado em 1907 pelo Partido Constructor. Nesse impresso, circulavam inúmeras notícias sobre os feitos governamentais. O *Jornal Muquyense*, criado em 1913, circulava no município do interior, São João do Muquy. A revista *Vida Capichaba*, com publicações entre 1923 e 1957, era um impresso de cunho cultural que circulava em um meio mais elitizado.

que concedeu subvenção ao GSVP; notícias sobre as atividades esportivas praticadas pelos estudantes e por representantes escolares; informações sobre a quantidade de estudantes matriculados; uma análise da revista *A Mocidade*; e, por fim, um número significativo de anúncios, por meio dos quais é possível acompanhar a oferta de diferentes modalidades de ensino a cada ano, bem como saber os valores cobrados pelas mensalidades de cada curso em distintos momentos.

Cabe uma reflexão sobre o modo como essas fontes devem ser analisadas, pois, a depender da maneira como realizamos as buscas, por meio de palavras-chave, podemos perder uma dimensão mais contextual do documento. É preciso realizar uma crítica das fontes que considere a parcialidade de sua disponibilização, bem como equívocos tecnológicos que podem fornecer uma visão fragmentada da realidade. Ao mesmo tempo, é necessário considerar que a disponibilização no formato digital nos garante um acesso mais rápido a um número maior de fontes, o que pode ser profícuo para o trabalho do historiador (Brasil; Nascimento, 2020).

Por fim, nessa busca por fontes, destacamos a importância, no processo de reconstituir a história de uma instituição escolar que compõe o patrimônio educativo local, de considerarmos os documentos em sua multiplicidade e em sua lacunaridade, em especial, em vista de sua ausência nos arquivos e acervos. Essa ausência, derivada de escolhas e ações humanas, precisa ser pensada por aqueles que produzem a historiografia da educação e por aqueles que lidam com a organização desses documentos em arquivos, acervos e bibliotecas, visto que

A tarefa de recuperar, preservar, estudar e divulgar o patrimônio educativo, nomeadamente os arquivos escolares, adquire um novo sentido e urgência, que passa pela necessidade de definir orientações e dar consistência ao movimento que hoje se faz sentir, tanto em nível social como científico, sobre a escola, a sua história e memória (Mogarro, 2005, p. 114).

À vista disso, problematizar o percurso de busca por fontes escolares, que se mostram cada vez mais dispersas e escassas, é fundamental para pensarmos a preservação e a organização de acervos desse tipo,

considerando que as perguntas feitas sobre uma instituição podem colaborar para lançar luz a questões mais amplas da educação local e nacional.

Considerações finais

Esta reflexão envolve uma instituição que, não tendo sido anteriormente foco de um estudo específico, mostra-se relevante na cena educacional capixaba e se destaca por ter seu nome mantido até os dias atuais em uma escola pública municipal, que se originou da doação do ginásio. Segundo o ato de doação, um conjunto significativo de documentos teria acompanhado a escola, mas as fontes se mostraram lacunares e dispersas.

No âmbito da escola, elas cabiam em duas caixas localizadas no alto de um armário empoeirado de um arquivo. Nessas caixas, as fontes produzidas em diferentes tempos históricos se encontravam misturadas, sem data e sem qualquer catalogação. O que restou do GSVP estava também representado em alguns poucos artefatos e mobiliários.

No arquivo das Escolas Extintas, pertencente à Secretaria de Estado da Educação, uma parte dos documentos escritos, composta por atas de provas, boletins e listas com nomes de estudantes, ocupava outras quatro caixas. Após mais algumas caminhadas pelo Centro da capital, outros registros puderam ser encontrados em diferentes espaços públicos: no APEES e na AEL, bem como em um cartório local.

No entanto, a dispersão e a escassez dos documentos do GSVP, uma escola privada, nos levam a questionar: o que foi de fato doado? O que o município fez com os materiais e fontes recebidos? Onde estão os documentos listados no ato de doação feito pela prefeitura municipal ao estado?

É certo, como indicam Gatti Junior e Pessanha (2010), que documentos que balizam a produção da história das instituições educativas se encontram além do espaço da escola, caso ela ainda exista, mas também é necessário considerar que os documentos produzidos sobre uma instituição educativa precisam receber maior atenção das próprias instituições e, em casos específicos, das redes de ensino e do poder público que as gerem.

O processo de busca pelas fontes que constituem o *corpus* documental específico apresentado e problematizado neste texto leva a diversas reflexões, mais amplas, que compreendem a produção de uma historiografia das

instituições educativas ou da cultura material escolar. A principal delas diz respeito à disponibilização e à preservação de acervos escolares. Não é raro que historiadores da educação precisem, por vezes, garimpar, resgatar, recuperar e organizar o material produzido historicamente pela escola antes de estudá-lo.

Se sobre o *Gymnasio São Vicente de Paulo*, que foi uma instituição privada de importância local doada ao município — que também é a capital do estado —, não se encontram documentos minimamente organizados, o que poderíamos dizer sobre as centenas de escolas isoladas rurais? Como contar a história dessas pequenas escolas? Quem, porventura, guarda o que delas restou?

As instituições escolares capixabas têm, ao longo das décadas, preservado os seus testemunhos? Nossa experiência tem indicado que não. As iniciativas de preservação documental são pontuais e elas decorrem, geralmente, de interesses isolados de gestores preocupados em guardar documentos. Essa guarda, quando realizada, é feita de modo amador, sem o devido apoio e suporte do poder público e, em diversos casos, tem sido necessário aos historiadores da educação realizar resgate, garimpo, limpeza, acomodação e organização do material produzido historicamente pelas escolas capixabas.

Diante disso, entendemos ser urgente e fundamental que as secretarias de educação e outras instâncias governamentais desenvolvam iniciativas e fomentem ações de organização e guarda de documentos escolares e educacionais, e, principalmente, que promovam a formação dos sujeitos sobre a necessidade de preservarem tal documentação, e o que pode e deve ser feito em parceria com as universidades.

Como pesquisadoras preocupadas com a produção historiográfica da educação, entendemos que nosso papel é colaborar com essas ações. O trabalho de análise das fontes requer mais que simplesmente cotejar documentos dados. É preciso, ao modo de Bloch (2001), perguntar sobre a parcialidade das fontes. Produzir histórias da educação atentas às questões locais, como as trajetórias das instituições educativas, requer de nós a capacidade de preencher espaços em branco. Isso, em nosso entendimento, é facilitado pelo diálogo com metodologias baseadas na microanálise e na

perspectiva indiciária da relação com as fontes, que possibilita a produção de uma historiografia que considere e inclua na narração as ausências e as lacunas dos testemunhos, com atenção aos processos de produção e guarda de documentos.

Referências

- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOREL, Tatiana. *A configuração da docência no Ginásio do Espírito Santo (1906-1951)*. 2017. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos históricos*, [S.l.], v. 33, n. 69, p. 196-219, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/4179>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): do traçado manual ao registro digital. *História da Educação* (Online), Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 187-206, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/3wN8zHkwwWXGGVZyPwclhkp/?lang=pt#>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- ESCOLANO, Agustín. A arquitetura como programa. In: VIÑAO-FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-58.
- ESPÍRITO SANTO. *Ato de Doação de documentos da Escola de 1º Grau São Vicente de Paulo para a SEDU*. Vitória: 7 de agosto de 1986.
- ESPÍRITO SANTO. Cartório do 4º Ofício de Notas. *Escritura Pública de Doação com Encargos do Direito Preferencial ao Aforamento*. Vitória. Registro em: 26 de julho de 1971.
- GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. História e historiografia das instituições escolares: aspectos conceituais, teóricos e metodológicos. In: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele (org.). *Instituições, histórias e culturas escolares*. Caxias do Sul: Educs, 2018. p. 23-54.
- GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. Currículos, práticas e cotidiano escolar: a importância dos arquivos escolares para a produção de

conhecimento em história da educação. *História da educação*, Pelotas, v. 14, n. 31, p. 155-191, maio/ago. 2010. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28854>. Acesso em: 10 dez. 2023.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. Tradução de Rosa Freire de Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KULESZA, Wojciech Andrzej. O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-SP, v. 11, n. 2, p. 81-102, maio/ago. 2011. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbhe/v11n02/v11n02a04.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maira; KARSBURG, Alexandre (org.). *Micro-história: um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 19-34.

LIMA, Lidiane Picoli. *Práticas de escolarização da educação física no Espírito Santo: o Grupo Escolar Bernardino Monteiro (1908 a 1925)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOCATELLI, Andréa Brandão. *Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história*. 2012. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

LYRIO, Patrícia Seibert. *A constituição histórica do Gymnasio São Vicente de Paulo (1913- 1931)*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas: preservar a informação, construir a memória. *Proposições*, Campinas, SP, v.16, n.1, p. 103-116, jan./abr. 2005.

NASCIMENTO, Victor Salaroli. *O Grupo Escolar Henrique Coutinho no contexto da expansão do Ensino Primário no Espírito Santo nas décadas de 1930 a 1950*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-

Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

SALETTI, Nara. FREIRE, Muniz. *In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC/FGV). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. [S.l]: FGV, [s.d].* Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREIRE,%20Muniz.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SALIM, Maria Alayde Alcantara. *Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na primeira república*. 2009. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel (org.). *História da educação no Espírito Santo: catálogo de fontes*. Vitória: Edufes, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. *In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Instituições escolares: memória, fontes, arquivos e novas tecnologias. *In: SILVA, João Carlos da; ORSO, José Paulino; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (org.). História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica*. Campinas: Alínea, 2013. p. 65-78.

VIVACQUA, Attilio. *Educação brasileira: directrizes e soluções do problema educacional no Espírito Santo*. Vitória: Typ. Vida Capichaba, 1930.

Recebido em: 27/12/2023

Aceito em: 15/08/2024

Patricia Seibert Lyrio

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes).

 profpatyseibert@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/0647787678415958>

 <http://orcid.org/0009-0006-5364-3431>

Rosianny Campos Berto

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo

Arquivos, acervos e instituições educativas: o percurso em busca das fontes do Gymnasio São Vicente de Paulo (1913-1971)

(PPGE/Ufes); sub-coordenadora do Núcleo capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe).

 rosianny.berto@ufes.br

 <http://lattes.cnpq.br/7265885791648266>

 <http://orcid.org/0000-0003-3143-3258>